

[Important note: The following convenience translation is based on a machine translation. It has been prepared for information purposes. The machine translation has not been reviewed by Allianz. We do not assume any liability, either expressly or tacitly, for the preciseness, completeness or correctness of the translation. In case of deviations between the original text and this translation, the original text will be binding.]

PLANO DE FUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA

entre

AWP SERVICES BÉLGICA NV/SA

Entidade que

transfere e

AP SOLUTIONS GMBH

Entidade recetora

9 de abril de 2025

Conteúdo

PREÂMBULO	3
1. ENTIDADES QUE SE TRANSFORMAM (§ 307 (2) n.º 1 UmwG e artigos 12:111, secção 2, 1. e 1º/1 BCCA)	5
2. IDENTIFICAÇÃO DO NOTÁRIO ACTUANTE E DA AUTORIDADE (artigo 12:111, secção 2, 1º/2 BCCA)	7
3. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO	7
4. EFICÁCIA DA FUSÃO	8
5. SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM EXAME; SEM RELATÓRIO DE PERITO (§ 307 (2) n.º 2, 3, 5, 13 UmwG e artigos 12:111, secção 2, 2º, 3º, 5º e 13º, e 12:114, §3, secção 2 BCCA)	8
6. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO	9
7. DATA EFECTIVA DA CONCENTRAÇÃO; DATA DO BALANÇO DA CONCENTRAÇÃO; AVALIAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS (§ 307 (2) n.º 6, 11, 12 UmwG e artigos 12:111, secção 2, 6º, 11º e 12º)	9
8. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (§ 307 (2) no 4 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 4º BCCA)	10
9. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 10º BCCA)	13
10. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (n.º 2 artigo 307.º) n.ºs 7 e 8 UmwG e artigos 12:111, secção 2, 7º e 8º BCCA)	14
11. INCENTIVOS E SUBSÍDIOS (artigo 12:111, secção 2, 8º/1 BCCA)	14
12. Escritura de fundação e estatutos da entidade beneficiária (§ 307 (2) n.º 9 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 9º BCCA)	14
13. GARANTIAS OFERECIDAS AOS CREDORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 14º BCCA)	14
14. DISPOSIÇÕES FINAIS	15

PROJECTO COMUM DE FUSÃO

TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE OS ABAIXO

ASSINADOS:

1. **AWP Services Belgium**, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada (*naamloze vennootschap/société anonyme*) de direito belga, registada no Belgian Crossroads Bank for Enterprises com o número 0417.019.925 (RPM Bruxelas) e com sede social em Boulevard du Roi Albert II 32, 1000 Bruxelas, Bélgica,

a seguir designada por "**entidade cedente**",

E

2. **AP SOLUTIONS GMBH**, uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão, com sede social em Munique, Alemanha, e com sede social em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha, registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique sob o número HRB 177695,

a seguir designada por "**entidade recetora**".

A entidade cedente e a entidade beneficiária são a seguir designadas coletivamente "**Partes**" e cada uma separadamente por "**Parte**".

PREÂMBULO

- (A) O Conselho de Administração da entidade contribuidora e os diretores executivos da entidade beneficiária pretendem fundir a entidade contribuidora na entidade beneficiária através de uma fusão transfronteiriça por absorção, sendo a entidade beneficiária a entidade sobrevivente da fusão (a "**Fusão**").
- (B) Como resultado da fusão, todos os activos e passivos da entidade cedente, os direitos as obrigações, serão transferidos por força da lei, com continuidade, para a entidade recetora, como resultado de uma dissolução sem liquidação da entidade cedente, nos termos do Código belga das sociedades e associações (o "**BCCA**") e da Lei alemã da transformação ("**UmwG**").
- (C) A fusão faz parte de uma operação global destinada a reagrupar as empresas de serviços europeias do grupo Allianz Partners, a que pertencem a entidade cedente e a entidade beneficiária, numa única entidade jurídica com sede na Alemanha que geriria as actividades de serviços locais através de sucursais, com o objetivo de simplificar a organização jurídica do grupo Allianz Partners.
- (D) A entidade beneficiária tem uma sucursal na Bélgica. Logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será fundida na Allianz Partners Deutschland GmbH, outra sociedade alemã de responsabilidade limitada do grupo Allianz Partners (a "**fusão subsequente**").

A Allianz Partners Deutschland GmbH tem também uma sucursal na Bélgica. As partes têm como objetivo a conclusão da fusão e da fusão subsequente na mesma data, enquanto a fusão subsequente estará sujeita à condição prévia de que a fusão tenha sido concluída. Por conseguinte, a sucursal belga da Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá as actividades exercidas pela entidade cedente e pela sucursal belga da entidade beneficiária após a conclusão da fusão e da fusão subsequente. Se, contra a vontade das partes, houver um período transitório entre a fusão e a fusão subsequente, a sucursal belga da entidade beneficiária prosseguirá as actividades exercidas pela entidade cedente durante esse período transitório.

- (E) Quando a fusão se tornar efectiva, os activos e passivos da entidade cedente serão atribuídos à sucursal belga da entidade beneficiária. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, estes activos e passivos serão então atribuídos à sucursal belga da Allianz Partners Deutschland GmbH. A atividade transferida será então gerida pela Allianz Partners Deutschland GmbH.
- (F) A Fusão é uma fusão transfronteiriça e está a ser realizada em conformidade com as disposições legais aplicáveis na Bélgica e na República Federal da Alemanha em aplicação da Diretiva 2019/2121 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, tal como consolidada na Diretiva 2017/1132 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, relativa a certos aspectos do direito das sociedades. Na Bélgica, a Fusão é implementada em conformidade com as disposições do Título 6 do Livro 12 (artigos 12:106 a 12:119) da BCCA. Na República Federal da Alemanha, a Fusão é realizada em conformidade com as disposições da Parte I do Livro VI (artigos 305.º a 318.º) da UmwG.
- (G) No momento da assinatura deste projeto de fusão, a entidade contribuidora é uma subsidiária indireta e a entidade beneficiária é uma subsidiária direta a 100% da Allianz Partners SAS, uma sociedade anónima francesa simplificada (*Société par actions simplifiée*) constituída ao abrigo da lei francesa, com sede social em Saint-Ouen-sur-Seine, França, e sede social em 7 rue Dora Maar 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, registada no Registo Comercial e de Empresas de Bobigny sob o número 301 763 116. Antes da aprovação e da resolução da fusão pelo acionista único da entidade cedente, todas as acções detidas pelo atual acionista único da entidade cedente, nomeadamente a AWP P&C SA (519 490 080 R.C.S.), que é uma filial direta da Allianz Partners SAS, serão transferidas e cedidas à Allianz Partners SAS. Consequentemente, tanto a entidade cedente como a entidade beneficiária serão filiais diretas a 100% da Allianz Partners SAS quando a fusão for concluída. A fusão constitui, assim, uma fusão transfronteiriça por absorção entre empresas-irmãs na aceção do artigo 12:7, 2º da BCCA e do § 307 (3) nº 2 lit. a) UmwG.

A entidade cedente e a entidade beneficiária acordam no seguinte plano conjunto de fusão (o "**plano de fusão**").

É DE O SEGUINTE:

1. ENTIDADES EM FUSÃO (§ 307 (2) n.º 1 UmwG e artigos 12:111, secção 2, 1º e 1º/1 BCCA)

1.1. Entidade que transfere

A entidade cedente, AWP Services Belgium, é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada (*naamloze vennootschap/société anonyme*) de direito belga, registada no Belgian Crossroads Bank for Enterprises com o número 0417.019.925 (RPM Bruxelas) e com sede social em Boulevard du Roi Albert II 32, 1000 Bruxelas, Bélgica.

O capital social da entidade cedente ascende a 17 731 810,00 euros, representado por 3 000 acções (ordinárias) sem valor nominal. Todas as acções da Entidade cedente estão totalmente realizadas. Todas as acções da entidade contribuidora são - à data da assinatura do presente projeto de fusão - detidas pela AWP P&C SA. Antes da aprovação e deliberação sobre a fusão pelo único acionista da entidade cedente, todas as acções da entidade cedente serão detidas diretamente pela Allianz Partners SAS (e, consequentemente, a Allianz Partners SAS será o único acionista da entidade cedente). Esta estrutura acionista baseia-se numa transferência interna de grupo de todas as acções da entidade cedente da AWP P&C SA para a Allianz Partners SAS. A entidade cedente não emitiu quaisquer outros títulos com direito de voto ou outros instrumentos financeiros para além das acções da entidade cedente.

O objeto social da Sociedade contribuidora é o seguinte:

"O objeto da sociedade é qualquer atividade de serviços relacionada com as telecomunicações e/ou a organização e gestão da assistência a pedido, material ou pessoal, por exemplo, sem que esta lista seja exaustiva:

- *Permanência telefónica,*
- *Contactos telefónicos (móveis), telex, fax, correio eletrónico ou redes de comunicações electrónicas*
- *Telemática (tecnologia GPS)*
- *Vigilância telefónica, telemarketing, televendas, etc.*
- *Transmissão de mensagens e informações,*
- *Organização e gestão da assistência às pessoas durante a sua deslocação (transporte, alojamento, etc...) ou no domicílio (acompanhamento médico, recuperação, etc...),*
- *Organização e gestão da assistência aos veículos durante as deslocações ou no domicílio (transporte, disponibilização de um veículo de substituição/aluguer, reparação, etc...)*
- *Organização e gestão da assistência imobiliária (reparações imobiliárias, etc.).*

A sociedade poderá prestar os seus serviços por conta própria e por conta de terceiros e participar em todas as operações comerciais, industriais, financeiras, mobiliárias ou imobiliárias direta ou indiretamente relacionadas com o objeto assim definido."

O endereço de correio eletrónico da sociedade contribuidora para efeitos da fusão é azp-transformation-taskforce@allianz.com. Embora não seja obrigatório utilizar este endereço de correio eletrónico para qualquer comunicação, qualquer comunicação relativa à Fusão por parte dos acionistas, credores e trabalhadores feita para este endereço é considerada como tendo sido validamente efectuada.

1.2. Entidade recetora

A Entidade Recetora, AP Solutions GmbH, é uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão com sede social em Munique, Alemanha. A sua sede social é em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha. A Entidade Recetora está registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique com o número HRB 177695.

A Entidade Recetora tem um capital social de 824.739,00 euros, representado por 824.739 acções com um valor nominal de 1,00 euros cada. Todas as acções da Entidade Recetora são detidas directamente pela Allianz Partners SAS, que é o único acionista da Entidade Recetora. A Recetora não emitiu quaisquer outros títulos com direito de voto ou outros instrumentos financeiros para além das acções da Entidade Recetora.

O objeto social da Sociedade beneficiária é o seguinte:

"O objeto social da sociedade consiste em atuar simultaneamente como sociedade gestora de participações sociais e como sociedade de serviços.

(1) *Função de holding e função de serviços partilhados:*

- a) *a aquisição de participações de qualquer tipo e forma em consórcios, empresas ou sociedades, independentemente da sua forma jurídica e do seu objeto social, nomeadamente nos domínios das apólices ou serviços de seguros de assistência, de viagem e de saúde, bem como a gestão e a venda dessas participações;*
- b) *prestação de vários serviços de consultoria, supervisão e outros serviços às empresas do Allianz Partners Group, incluindo a prestação de serviços de outsourcing importantes ou críticos.*

(2) *Funcionar como uma empresa de serviços para as empresas internas da Allianz, empresas terceiras e consumidores:*

- a) *organização e execução de serviços de assistência de todos os tipos em todo o mundo, nomeadamente assistência em caso de doença, avarias ou outras emergências, bem como a prestação de outros serviços e transacções conexos;*

- b) *a corretagem, o controlo e a adjudicação de serviços de artesãos e serviços similares no domínio da reparação, manutenção, modernização e renovação de , bem como a prestação desses serviços por terceiros;*
 - c) *corretagem de seguros e outros contratos relativos a activos, serviços e transacções, nomeadamente através de plataformas.*
- (3) *Para atingir o seu objetivo, a empresa está autorizada a*
- a) *realizar, em geral, todas as operações de natureza operacional, comercial, financeira, de direito imobiliário ou de qualquer outra natureza que estejam direta ou indiretamente relacionadas com os objectivos sociais acima referidos ou que contribuam para a sua realização e desenvolvimento;*
 - b) *utilizar todos os instrumentos de venda e de comercialização adequados e legalmente admissíveis;*
 - c) *estabelecer sucursais na Alemanha e no estrangeiro, adquirir empresas semelhantes e comparáveis e adquirir participações nessas empresas sob qualquer forma permitida por lei."*

O endereço de correio eletrónico da empresa beneficiária para efeitos da fusão é azp-transformation-taskforce@allianz.com. Embora não seja obrigatório utilizar este endereço de correio eletrónico para qualquer comunicação, considera-se que qualquer comunicação relativa à fusão feita pelos acionistas, credores e trabalhadores para este endereço foi validamente efectuada.

2. IDENTIFICAÇÃO DO NOTÁRIO ACTUANTE E DA AUTORIDADE (artigo 12:111, secção 2, 1º/2 BCCA)

A Sociedade contribuidora nomeou Yorik DESMYTTERE, notário público em Bruxelas (primeiro cantão), que exerce o seu cargo através da sociedade Berquin Notarissen BV/SRL, com sede social em Lloyd Georgelaan 11, 1000 Bruxelas (Bélgica) e com o endereço de correio eletrónico desmyttere@berquin.be, que emitirá o certificado de pré-fusão referido no artigo 12:117 da BCCA.

Na Alemanha, a fusão será analisada pelo Registo Comercial do Tribunal Local de Munique, Infanteriestraße 5, 80325 Munique (Alemanha), na qualidade de autoridade competente, com o número de registo HRB 177695.

3. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO

A entidade contribuidora, na qualidade de entidade contribuidora, é fundida na entidade beneficiária, na qualidade de entidade beneficiária, através de uma fusão transfronteiriça por absorção, nos termos do § 305 (1) da UmwG, em conjugação com o § 2 n.º 1 da UmwG, e dos artigos 12:7, 2º, 12:13, secção 1, *junção* 12:108 do CCA. Com esta fusão, a entidade cedente transfere todos os seus activos e passivos

como um todo, com todos os direitos e obrigações para a entidade beneficiária, por dissolução sem liquidação. Quando a fusão se torna efectiva, a totalidade do ativo e do passivo (todos os activos e passivos) da entidade cedente é transferida para a entidade beneficiária por sucessão universal.

4. EFICÁCIA DA FUSÃO

- 4.1. A fusão torna-se efectiva nos termos do § 305 (1) UmwG em conjunto com o § 20 (1) n.º 1 UmwG após a inscrição no registo comercial do Tribunal Local de Munique responsável pela entidade recetora (a "**data de conclusão**"). Após a inscrição da fusão no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade beneficiária, a entidade cedente deixará de existir, os seus activos e passivos serão transferidos para a entidade beneficiária como um todo sem liquidação e as suas acções serão canceladas.
- 4.2. Na data de conclusão, a posse de todos os instrumentos de propriedade, acordos, certificados e outros documentos, registos, livros ou cadastros relativos aos bens e direitos da entidade cedente será transferida para a entidade beneficiária.

5. SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM EXAME; SEM RELATÓRIO DE PERITO (§ 307 (2) n.º 2, 3, 5, 13 UmwG e artigos 12:111, secção 2, 2º, 3º, 5º e 13º, e 12:114, §3, secção 2 BCCA)

- 5.1. Tanto a entidade cedente como a entidade beneficiária são já filiais (in)diretas da Allianz Partners SAS e, antes da aprovação e resolução da fusão pelo único acionista da entidade cedente, serão filiais diretas a 100% da Allianz Partners SAS. Por conseguinte, não é necessário um aumento do capital social da entidade beneficiária através da emissão de novas acções para a implementação da fusão e não terá lugar (artigo 307.º, n.º 3, n.º 2, alíneas a) e b), da UmwG e artigo 12:7, 2.º do Código Civil alemão).
- 5.2. Uma vez que todas as acções da entidade contribuidora e da entidade beneficiária serão, antes da aprovação e deliberação sobre a fusão pelo único acionista da entidade contribuidora, detidas diretamente pela Allianz Partners SAS e não são emitidas acções para os acionistas da entidade contribuidora, em conformidade com o § 307 (3) n.º 2 (a) e (b) UmwG e o artigo 12:7, 2º BCCA, este plano de fusão não inclui quaisquer informações sobre uma relação de troca de acções (§ 307 (2) n.º 2 UmwG e artigo 12:111, secção 2, BCCA), uma transferência de novas acções na entidade beneficiária (§ 307 (2) n.º 3 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 3º BCCA), participação nos lucros

de novas acções (§ 307 (2) n.º 5 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 5º BCCA) ou um pagamento em dinheiro

indemnização (§ 307 (2) no 13 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 13º BCCA).

- 5.3. Uma vez que todas as acções da entidade cedente e da entidade beneficiária serão, antes da aprovação e resolução da fusão pelo único acionista da entidade cedente, detidas diretamente pela mesma pessoa (nomeadamente a Allianz Partners SAS), não é exigida uma auditoria da fusão e um relatório de auditoria da fusão nos termos do § 8, n.º 3, frase 3, n.º 1, alínea b), e n.º 2 da UmwG, em conjugação com os §§ 9n.º 2, e 12, n.º 3, da UmwG, em conjugação com o § 311 n.º 2, frase 1, da UmwG, e não é exigido um relatório de auditoria (legal) nos termos do artigo 12:114, §3, secção 2 BCCA).

6. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO

- 6.1. Uma vez que todas as acções da entidade cedente e da entidade beneficiária serão, antes da aprovação e deliberação sobre a fusão pelo único acionista da entidade cedente, detidas diretamente pelo mesmo acionista (nomeadamente a Allianz Partners SAS), não é necessário um relatório sobre a fusão ou um relatório explicativo para os acionistas (secção para os acionistas no relatório sobre a fusão) nos termos do artigo 309.º, n.º 6, frase 1, em conjugação com o artigo 8.º, n.º 3, frase 3, n.º 1, alínea b), da UmwG, uma vez que bem como, em qualquer altura, o § 309, n.º 6, frase 1, em conjugação com o § 8, n.º 3, frase 3, n.º 2, da UmwG e o artigo 12:113, § 2, da BCCA.
- 6.2. A entidade beneficiária elaborou um relatório de fusão para os trabalhadores, em conformidade com o § 309 (1), (2), (3) e (5) da UmwG. O relatório de fusão para os trabalhadores foi disponibilizado às comissões de trabalhadores competentes e a outros representantes dos trabalhadores e, caso não existam representantes dos trabalhadores competentes, aos trabalhadores da entidade beneficiária, juntamente com um projeto do presente projeto de fusão, em conformidade com o § 310 (1) da UmwG. A entidade beneficiária não tem quaisquer trabalhadores a quem o relatório de fusão possa ser disponibilizado.

7. DATA DE EFECTIVAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO; DATA DO BALANÇO DA CONCENTRAÇÃO; AVALIAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS (§ 307 (2) n.º 6, 11, 12 UmwG e artigos 12:111, secção 2, 6º, 11º e 12º)

- 7.1. A aquisição dos activos e dos passivos da entidade beneficiária pela entidade beneficiária terá lugar, para efeitos contabilísticos e fiscais, entre as Partes, com efeitos a partir da data de conclusão. partir desse , todas as acções e operações da entidade cedente serão consideradas como tendo sido realizadas por conta da entidade beneficiária (fusão

data efectiva na aceção do § 307 (2) nº 6 UmwG e do artigo 12:111, secção 2, 6º BCCA).

- 7.2. Informações nos termos do artigo 12:111, secção 2, 12º BCCA e Secção 307 (2) no 12 UmwG; A data das contas financeiras da Entidade recetora e da Entidade cedente, que foram utilizadas para determinar as condições económicas Fusão, é 31 de dezembro de 2024; devido ao efeito não retroativo da Fusão, a data do último balanço da Entidade cedente, que também é relevante para a inclusão dos activos e passivos da Entidade cedente nas contas da Entidade recetora, será a Data de conclusão.
- 7.3. Para a transferência, os activos da entidade cedente foram avaliados pelo valor contabilístico (§ 307 (2) n.º 11 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 11º BCCA). Todas as acções da entidade cedente e da entidade beneficiária são detidas pela Allianz Partners SAS. Por conseguinte, não serão emitidas novas acções no âmbito da fusão, não é necessário determinar o rácio de troca e não são necessárias mais informações sobre a avaliação dos activos e passivos da entidade cedente que serão transferidos para a entidade beneficiária.

8. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (§ 307 (2) nº 4 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 4º BCCA)

8.1. Efeitos sobre os trabalhadores da entidade que transfere

A fusão não terá qualquer efeito sobre o emprego; as actividades da sociedade contribuidora serão prosseguidas pela entidade beneficiária e, após a fusão subsequente (tal como definida no preâmbulo (D)), pela Allianz Partners Deutschland GmbH. A Entidade cedente não tinha trabalhadores em 28 de fevereiro de 2025. Prevê-se que a entidade contribuidora não tenha quaisquer trabalhadores na altura em que a fusão se tornar efectiva.

8.2. Efeitos sobre os empregados da Entidade Recetora

Após a fusão, a entidade beneficiária será fundida na Allianz Partners Deutschland GmbH (a fusão subsequente, tal como definida no preâmbulo (D)). Uma vez que a fusão subsequente será concluída o mais rapidamente possível após a fusão e, se possível, na mesma data, por uma questão de transparência, as explicações que se seguem descrevem tanto os efeitos da fusão como os da fusão subsequente. Deve notar-se, contudo, que a fusão subsequente é juridicamente uma fusão distinta e que, num eventual período intercalar entre a conclusão da fusão e a fusão subsequente, apenas se aplicam os efeitos descritos como consequência da fusão ao abrigo do presente plano de fusão. O objetivo das partes é, contudo, que ambas as concentrações sejam concluídas imediatamente a seguir uma à outra, na mesma data.

A entidade beneficiária empregava um número total de 3.413 trabalhadores, dos quais 327 na Alemanha, em 28 de fevereiro de 2025. Espera-se que o número de trabalhadores na Alemanha não se altere significativamente na altura em que a Fusão se tornar efectiva. Não existe uma comissão de trabalhadores local na entidade recetora para os trabalhadores atualmente empregados na entidade recetora na Alemanha. Existem conselhos de empresa locais e outros representantes dos trabalhadores na entidade recetora a nível das sucursais em França, Itália, Espanha e Portugal, que não serão afectados pela fusão. Estes representantes dos trabalhadores continuarão a existir na Allianz Partners Deutschland GmbH após a fusão subsequente. O conselho de empresa do grupo (*Konzernbetriebsrat*) existente na Allianz SE continuará a ser competente ao abrigo das disposições da lei alemã relativa à constituição de empresas ("**BetrVG**"). Quaisquer acordos de trabalho a nível do grupo em vigor na entidade beneficiária continuam a ser aplicáveis após a fusão e a fusão subsequente. A entidade contribuidora e a entidade beneficiária não são membros de uma associação de empregadores na Alemanha. As convenções colectivas de trabalho alemãs (*Tarifverträge*) não se aplicam diretamente antes da realização da fusão e tal não se alterará devido à fusão e à fusão subsequente.

A fusão não tem qualquer efeito sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e as suas relações laborais. De igual modo, a Fusão subsequente não terá qualquer efeito direto (exceto no que respeita à mudança de empregador) para os trabalhadores da Entidade beneficiária (ou de qualquer das suas respectivas sucursais).

As actividades comerciais da entidade recetora não serão alteradas devido à fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade beneficiária será alterada ou restringida em termos organizacionais em resultado da fusão. Além disso, a fusão subsequente não terá qualquer alteração substantiva sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e estes continuarão a exercer as suas actividades da mesma forma que antes da fusão e da fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectados a esta atividade nas respectivas sucursais.

As relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária não serão alteradas pela fusão; em especial, a situação jurídica dos trabalhadores da entidade beneficiária em matéria de cessação do contrato de trabalho não será afetada pela fusão. Na medida em que existam acordos de trabalho, acordos contratuais individuais e outros acordos de empresa, compromissos e acordos, estes não serão afectados pela fusão e não se aplicarão quaisquer alterações aos trabalhadores da entidade beneficiária. Não estão previstas quaisquer medidas relacionadas com a fusão que possam ter um impacto nos trabalhadores da entidade beneficiária.

De acordo com as respectivas leis locais, a fusão subsequente resultará na transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes das relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária (incluindo os relativos às suas sucursais) para a Allianz Partners Deutschland GmbH e na sua atribuição à respectiva sucursal. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, todas as relações laborais da entidade beneficiária (incluindo as relativas às suas

Os trabalhadores da Allianz Partners Deutschland GmbH, com todos os seus direitos e obrigações, são automaticamente transferidos para a Allianz Partners Deutschland GmbH e afectados à respectiva sucursal. As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se inalterados para os trabalhadores transferidos, mesmo após a fusão subsequente. Não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão subsequente. Após a fusão subsequente, quaisquer acordos de empresa da Allianz Partners Deutschland GmbH celebrados com o conselho geral de empresa (*Gesamtbetriebsrat*) da Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito das suas responsabilidades nos termos do § 50 (1) da BetrVG aplicam-se aos trabalhadores da entidade beneficiária empregados na Alemanha. Tal não se aplica se esse acordo de empresa se limitar a determinadas operações comerciais da Allianz Partners Deutschland GmbH ou se forem aplicáveis disposições colectivas ou individuais superiores. Quaisquer acordos de trabalho locais aplicáveis à Allianz Partners Deutschland GmbH na Alemanha não serão aplicáveis às relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária após a fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os salários em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento em que a fusão subsequente se tornar efectiva. A partir desse momento, a entidade beneficiária deixará de ser responsável, uma vez que deixará de existir. Após a conclusão da fusão subsequente, a Allianz Partners Deutschland GmbH continuará a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectos a esta atividade nas respectivas sucursais. De acordo com a legislação aplicável, nem a entidade cedente nem a entidade beneficiária têm um conselho de supervisão. A Allianz Partners Deutschland GmbH está a criar um conselho de supervisão, que será composto por um terço de representantes dos trabalhadores.

A fusão também não tem efeitos sobre os trabalhadores de outras entidades que serão transferidas para a entidade beneficiária no âmbito de fusões transfronteiras de outras jurisdições que serão realizadas em paralelo e que podem tornar-se efectivas antes ou depois da fusão; o mesmo se aplica aos trabalhadores das duas únicas filiais da entidade beneficiária, a Neosistencia Manoterias,

S.L.U. (Espanha) e AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia), que também serão fundidas na entidade beneficiária em paralelo com a presente fusão, bem como as filiais de uma das entidades cedentes no âmbito de outra fusão transfronteiras (Sigma Reparaciones S.L.U. (Espanha), PROMultiTRAVAUX S.A.S.U. (França) e Multiassistance S.A. (França; prevê-se que esta filial deixe de existir em consequência da fusão na sua empresa-mãe antes data de conclusão)). Por último, não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reestruturações relacionadas com a fusão. No entanto, como as outras fusões transfronteiriças podem tornar-se efectivas antes da fusão, estas podem ter um impacto no número de trabalhadores da entidade beneficiária empregados fora da Alemanha na altura em que a fusão se tornar efectiva. Os efeitos da fusão subsequente acima descritos também se aplicam aos trabalhadores que se tornam trabalhadores da entidade beneficiária no âmbito de outras fusões transfronteiriças.

8.3. Efeitos sobre as pensões da empresa e os direitos à pensão da empresa (§ 307 (2) nº 16 UmwG)

As pensões da empresa e os direitos às pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária não serão afectados pela fusão.

Todas as obrigações relativas a pensões de empresas e direitos conexos a pensões de empresas dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade cedente serão transferidas para a entidade beneficiária. As Partes não têm conhecimento da existência de quaisquer pensões de empresas ou direitos conexos a pensões de empresas.

Todas as obrigações relativas às pensões da empresa e os direitos conexos às pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária serão transferidos para a Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito da fusão subsequente.

9. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10

UmwG e artigo 12:111, secção 2, 10º BCCA)

- 9.1. Como a entidade beneficiária foi constituída ao abrigo do direito alemão, aplicar-se-iam as regras legais alemãs sobre a (futura) co-determinação. No entanto, a fusão não exige um procedimento de negociação sobre uma (futura) co-determinação dos trabalhadores na entidade beneficiária.
- 9.2. Nem a entidade contribuidora nem a entidade beneficiária têm um conselho de supervisão co-determinado ou estão sujeitas a quaisquer regras de co-determinação aplicáveis. A entidade beneficiária empregava 327 trabalhadores na Alemanha em 28 de fevereiro de 2025 e espera-se que continue a ter aproximadamente 327 trabalhadores na Alemanha após a conclusão das fusões, uma vez que todos os outros trabalhadores existentes, bem como os trabalhadores transferidos ao abrigo de fusões transfronteiriças implementadas em paralelo na entidade beneficiária, serão empregados em sucursais fora da Alemanha; o mesmo se aplica aos trabalhadores das duas únicas filiais da entidade beneficiária, Neoassistencia Manoterias, S.L.U. (Espanha) e AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia), que também serão fundidas na entidade beneficiária em paralelo com a presente fusão, bem como aos trabalhadores das duas únicas filiais de uma das entidades cedentes (Sigma Reparaciones S.L.U. (Espanha), PROMultiTRAVAUX S.A.S.U. (França) e Multiassistance S.A. (França; prevê-se que esta filial deixe de existir em consequência da fusão com a sua empresa-mãe antes Data de Conclusão)). Por conseguinte, os pré-requisitos da Secção 5 da Lei alemã sobre a co-determinação dos trabalhadores em fusões transfronteiriças ("**MgVG**") não estão . Além disso, não existem atualmente regras em vigor na Bélgica relativas à participação/co-determinação dos trabalhadores.

Por conseguinte, não é necessária qualquer declaração sobre os procedimentos de negociação nos termos do § 307 (2) n.º 10 da UmwG.

10. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (Secção 307 (2) no 7 e 8 UmwG e artigos 12:111, secção 2, 7º e 8º BCCA)

- 10.1. A entidade beneficiária não concede aos acionistas das empresas envolvidas na fusão nem aos detentores de títulos que não sejam acções das empresas quaisquer direitos na aceção do § 307 (2) n.º 7 da UmwG ou do artigo 12:111, secção 2, 7º BCCA e não são propostas quaisquer medidas na aceção destas disposições.
- 10.2. Não foram ou serão concedidos quaisquer benefícios especiais na aceção do § 307 (2) n.º 8 UmwG artigo 12:111, secção 2, 8º BCCA a quaisquer membros dos órgãos de administração, gestão, supervisão ou controlo da Entidade cedente ou da Entidade beneficiária.

11. INCENTIVOS E SUBSÍDIOS (artigo 12:111, secção 2, 8º/1 BCCA)

A entidade cedente não recebeu quaisquer incentivos ou subsídios nos últimos cinco anos anteriores à fusão.

12. ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA (§ 307 (2) n.º 9 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 9º BCCA)

A escritura de fundação e os estatutos da entidade beneficiária são anexados ao presente projeto de fusão como anexo 12, nos termos do § 307 (2) n.º 9 da UmwG e do artigo 12:111, secção 2, 9º BCCA, e fazem parte integrante do projeto de fusão. Os estatutos da entidade beneficiária não serão alterados em consequência da fusão e continuarão a ser os mesmos que constam do anexo 12 após a conclusão da fusão.

13. GARANTIAS OFERECIDAS AOS CREDITORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e artigo 12:111, secção 2, 14º BCCA)

Não foram oferecidas quaisquer salvaguardas aos credores no âmbito fusão, uma vez que, na opinião Conselho de Administração da entidade beneficiária e dos diretores executivos da entidade beneficiária, os requisitos para solicitar salvaguardas não se aplicam a quaisquer credores da entidade beneficiária com base na sólida situação financeira, solvência e liquidez da entidade beneficiária.

Entidade recetora. Quaisquer direitos estatutários dos credores da entidade que transfere a informação para solicitar salvaguardas não são afectados.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Se qualquer disposição do presente projeto de concentração for ou se tornar inválida, impraticável ou inaplicável, tal não afectará a validade das restantes disposições. Pelo contrário, as partes comprometem-se a substituir a disposição inválida, impraticável ou inaplicável por uma disposição que se aproxime o mais possível, do ponto de vista jurídico, da intenção económica das partes em termos do significado e do objetivo da disposição inválida, impraticável ou inaplicável. O mesmo se aplica a eventuais lacunas.
- 14.2. As alterações ou aditamentos a este projeto de fusão carecem de reconhecimento notarial (§ 307 (4) UmwG).
- 14.3. O local exclusivo de cumprimento e jurisdição para todas as reivindicações decorrentes ou relacionadas com este projeto de fusão é - na medida em que tal seja legalmente permitido - Munique, Alemanha. Cada uma das empresas envolvidas na fusão cumprirá igualmente as disposições e formalidades da legislação nacional que lhe é aplicável.

[Páginas de assinatura]

ANEXO 12
ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA

Registo de documentos n. [Carimbo: 0264] G/2009

**Estabelecimento de um
sociedade de responsabilidade limitada de alemão
(*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*)**

Neste dia vinte e três de janeiro do ano de dois mil e nove

- 23 de janeiro de 2009 -

compareceu perante mim **o Dr. Thomas Kilian**, candidato a notário, oficialmente nomeado
adjunto do notário

Dr. Tilmann Götte, em Munique,

com escritório em 80333 Munique, Briennerstraße 12/III, na propriedade situada na Königinstraße
28, em 80802 Munique, onde me desloquei a pedido:

1. Katrin Winterhalder, nascida em 19 de abril de 1970,
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,
2. Werner Hierl, nascido em 14 de maio de 1959,
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,

ambos conhecidos pessoalmente, [*aditamento manuscrito*: O Sr. Hierl identificou-se
adicionalmente o seu bilhete de identidade nacional,]

a seguir, actuando em nome da Allianz

Deutschland AG
com sede em Munique, Tribunal Local (*Amtsgericht*) de Munique, registo
tribunal, HRB 158878,

e endereço em 80802 Munique, Königinstraße 28,

como seus titulares de uma procuração geral (*Prokuristen*) com poderes de representação
conjunta.

A pedido das pessoas presentes e em conformidade com as declarações por elas prestadas, reconheço notarialmente o seguinte:

I. Conclusão do acordo

A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, estabelece um

sociedade de responsabilidade limitada de direito alemão (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung* ou "GmbH")

e estabelece os estatutos da sociedade que figuram em anexo à presente escritura. A partir de hoje, considera-se que a sociedade está em fase de constituição.

II. Capital social

O capital social da empresa é de 25.000,00 euros.

É subscrito no montante de 25.000,00 euros pela Allianz Deutschland AG, Munique, e deve ser imediatamente pago em dinheiro e na íntegra junto da empresa.

III. Diretores executivos

As pessoas a seguir indicadas são nomeadas diretores executivos (*Geschäftsführer*):

1. Dr. Stefan Lütticke, Grasbrunn, nascido em 28 de dezembro de 1968,
2. Dr. Peter Damm, Dachau, nascido em 7 de junho de 1961;

estão autorizados pelos estatutos a representar a sociedade e estão isentos das restrições previstas no artigo 181º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*), em conformidade com o artigo 7º dos estatutos.

IV. Cópias

As cópias autenticadas da presente escritura serão enviadas para:
o acionista, a
empresa,
a administração fiscal, o serviço de retenção na fonte sobre os
rendimentos de investimentos o tribunal de registo.

V. Conselhos do notário

O notário-adjunto informou as partes envolvidas, em particular, sobre o momento e os requisitos para a constituição da GmbH e sobre a sua responsabilidade pessoal por quaisquer actos praticados antes dessa data.

VI. Instalações comerciais

As instalações da empresa estão situadas na Königinstraße 28, em 80802 Munique.

, incluindo o anexo, pelo notário-adjunto, aprovado pelas
partes envolvidas
e assinados de próprio punho:

[em caligrafia: p.p. *[ilegível]*]

p.p. *[ilegível]*]

[Carimbo redondo: DR TILMAN GÖTTE
NOTÁRIO EM MUNIQUE]

[assinatura ilegível]
[em letra de forma: Adjunto do Notário].

Estatutos da sociedade

§ 1

Denominação social e sede social

1. A razão social da empresa é:

AZ-Argos 52 Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH.

2. A empresa tem a sua sede social em Munique.

§ 2

Objeto social

1. O objeto social da sociedade é a gestão de bens próprios e de terceiros.
2. A empresa pode investir em empresas na Alemanha e no estrangeiro, também como sócio geral, e gerir as suas actividades.

§ 3

Capital social

1. O capital social da empresa é

de 25.000,00 euros

- por extenso: vinte e cinco mil euros -.

O capital social deve ser imediatamente realizado na íntegra em numerário.

2. A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, compromete-se a efetuar a única entrada (inicial) no capital social da empresa no montante de 25.000,00 euros.

§ 4

Exercício financeiro

O exercício financeiro é o ano civil.

§ 5

Publicações

Todas as publicações da empresa serão feitas no Diário da República eletrónico (*elektronischer Bundesanzeiger*).

§ 6

Resgate de acções

1. As acções podem ser resgatadas com o consentimento do acionista em causa através de uma resolução dos acionistas adoptada por maioria simples dos votos expressos.
2. A assembleia de acionistas pode deliberar que, em vez da amortização, a acção seja adquirida pela sociedade ou pelos restantes acionistas, na proporção das respectivas participações.

§ 7

Gestão e representação

1. A empresa tem dois ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). A empresa é representada por dois diretores-gerais ou por um diretor-gerente que actua em conjunto com um titular de uma procuração geral (*Prokurist*).
2. Os diretores executivos estão isentos das restrições previstas no artigo 181.º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*).
3. A direcção é responsável pela nomeação dos titulares de uma procuração geral.

§ 8

Demonstrações financeiras anuais, distribuição de lucros

1. As demonstrações financeiras anuais serão adoptadas e a resolução sobre a afetação dos lucros será aprovada dentro dos prazos previstos na lei.

2. Os acionistas podem decidir, em qualquer momento antes da adoção das demonstrações financeiras anuais após uma análise conscienciosa, por maioria simples, efetuar distribuições antecipadas do lucro anual previsto ou de partes do mesmo. Deve ser respeitado o artigo 30.º da lei alemã sobre as sociedades de responsabilidade limitada (*GmbH-Gesetz*).

§ 9

Aprovação de deliberações dos acionistas e assembleia de acionistas

1. Na medida em que tal seja legalmente permitido, os acionistas aprovarão resoluções sem necessidade de realizar uma assembleia de acionistas. Os votos podem ser expressos sem quaisquer requisitos quanto à forma, mas devem ser expressos por escrito.

A direção pode exigir que os acionistas lhe apresentem as suas declarações de voto no prazo de uma semana após terem recebido o pedido de voto. Nesse caso, a não apresentação atempada das declarações de voto será considerada como uma não participação na votação.

2. As assembleias gerais de acionistas são convocadas pelos administradores se a lei ou os estatutos o exigirem ou se, por qualquer outro motivo, a convocação se revelar necessária no interesse da sociedade. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As assembleias podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone. Na medida do permitido por lei, as assembleias de acionistas podem ser realizadas em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro, por decisão da administração.
3. Cada 50,00 euros do montante principal de uma ação confere um voto.

§ 10

Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, serão suportadas pela sociedade.

[em caligrafia: p.p. *[illegível]*]

p.p. *[illegível]*]

Certifico que os dados de imagem (cópia) contidos neste ficheiro correspondem à cópia impressa que me foi apresentada (original).

Munique, 5 de fevereiro de 2009

Dr. Tilman Götte
Notário

Registo de documentos n.º [carimbo: H 3764 / 24]

**Certificado nos termos do § 54, n.º 1, frase 2, da lei alemã sobre as sociedades de
responsabilidade limitada (GmbH-Gesetz)**

Eu, Sebastian Herrler, notário público em Munique, certifico que as disposições alteradas dos estatutos abaixo indicados correspondem à deliberação de alteração dos estatutos, escritura deste cartório com data de 23 de julho de 2024, registo de documentos n.º H 3676/24, e que as disposições não alteradas correspondem ao último texto completo dos estatutos que foi apresentado ao Registo Comercial.

Munique, 25 de julho de 2024

[Carimbo redondo:
SEBASTIAN HERRLER
NOTÁRIO EM
MUNIQUE]

[assinatura ilegível]
Sebastian Herrler
Notário Público

Estatutos da sociedade

§ 1 Denominação social, sede social

(1) A razão social da empresa é:

AP Solutions GmbH

(2) A empresa tem a sua sede social em Munique.

§ 2 Objeto social da sociedade

O objeto social da empresa consiste em atuar simultaneamente como holding e como empresa de serviços.

(1) Função de holding e função de serviços partilhados:

a) a aquisição de participações de qualquer tipo e forma em consórcios, empresas ou sociedades, independentemente da sua forma jurídica e do seu objeto social, nomeadamente nos domínios das apólices ou serviços de seguros de assistência, de viagem e de saúde, bem como a gestão e a venda dessas participações;

b) prestação de vários serviços de consultoria, supervisão e outros serviços às empresas do Allianz Partners Group, incluindo a prestação de serviços de outsourcing importantes ou críticos.

(2) Funcionar como uma empresa de serviços para as empresas internas da Allianz, empresas terceiras e consumidores:

a) organização e execução de serviços de assistência de todos os tipos em todo o mundo, nomeadamente assistência em caso de doença, avarias ou outras emergências, bem como a prestação de outros serviços e transacções conexos;

b) a corretagem, o controlo e a adjudicação de serviços de artesãos e serviços similares no domínio da reparação, manutenção, modernização e renovação de , bem como a prestação desses serviços por terceiros;

c) corretagem de seguros e de outros contratos relativos a activos, serviços e transacções, nomeadamente através de plataformas.

(3) Para atingir o seu objetivo, a empresa está autorizada a

a) realizar, em geral, todas as operações de natureza operacional, comercial, financeira, direito imobiliário ou de qualquer outra natureza que estejam direta ou indiretamente relacionadas com os objectivos sociais acima referidos ou que contribuam para a sua realização e desenvolvimento;

b) utilizar todos os instrumentos de venda e de comercialização adequados e legalmente admissíveis;

c) estabelecer sucursais na Alemanha e no estrangeiro, adquirir empresas semelhantes e comparáveis e adquirir participações em tais empresas sob qualquer forma permitida por lei.

§ 3 Capital social, acções

(1) O capital social da sociedade é de 824.739,00 euros (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e nove euros).

(2) O capital social está dividido em 824.739 acções, cada uma com um valor nominal de 1,00 EUR.

§ 4 Duração da sociedade, exercício financeiro

(1) A empresa foi criada por um período indeterminado.

(2) O exercício financeiro é o ano civil.

§ 5 Órgãos sociais da empresa

Os órgãos sociais da empresa são: o conselho de administração (§ 6) e a assembleia de acionistas (§ 7).

§ 6 Gestão e representação

(1) A empresa tem um ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). O número de administradores executivos é determinado pela assembleia geral de acionistas. A assembleia geral de acionistas pode nomear um presidente do conselho de administração. Se for nomeado apenas um diretor-geral, este representa sempre apenas a empresa. Se for nomeado mais do que um diretor-geral, a empresa será representada por dois diretores-gerais agindo em conjunto ou por um diretor-geral agindo em conjunto com um detentor de uma procuração geral (*Prokurist*). A disposição anterior aplica-se igualmente aos liquidatários.

(2) Os diretores-gerais são nomeados e destituídos por deliberação dos acionistas.

(3) Em caso de celebração, alteração ou rescisão de contratos de prestação de serviços, a empresa é representada pela assembleia geral.

(4) A assembleia de acionistas elaborará um regulamento interno para o conselho de administração. O regulamento interno pode, *nomeadamente*, o tipo de operações que só podem ser efectuadas com o consentimento prévio da assembleia geral.

§ 7 Assembleias de acionistas e deliberações dos acionistas

- (1) As deliberações dos acionistas serão tomadas nas assembleias de acionistas, que também podem ser realizadas por telefone ou videoconferência, ou fora das assembleias de acionistas - desde que todos os acionistas participem - através de votos expressos por escrito, por telefone ou por meios electrónicos. As assembleias podem ser convocadas sem quaisquer requisitos formais especiais e podem, nomeadamente, ser convocadas verbalmente ou por telefone.
- (2) As deliberações dos acionistas serão adoptadas por maioria simples dos votos expressos, salvo se uma maioria mais elevada for exigida por lei ou pelos presentes estatutos.
- (3) Cada 1 euro do montante principal de uma ação confere um voto.
- (4) A assembleia de acionistas tem quórum se estiverem presentes ou representados na assembleia acionistas que detenham a maioria do capital social da empresa.
- (5) Os acionistas que não possam estar presentes na assembleia podem fazer-se representar por uma procuração em forma de texto.
- (6) As assembleias de acionistas são convocadas pela administração quando a lei ou os estatutos o exijam ou quando a convocação se revele necessária no interesse da sociedade por qualquer outro motivo, estando cada administrador delegado individualmente autorizado a convocar a assembleia. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As reuniões podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone ou meios electrónicos. Por decisão da administração, as assembleias de acionistas podem ser realizadas em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro.
- (7) As deliberações aprovadas sem requisitos formais especiais serão documentadas para registo; nessa ata devem ser especificados o dia e a forma da aprovação da deliberação, o seu conteúdo e os votos expressos. A ata deve ser assinada pelos acionistas. As deliberações tomadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser aprovadas por escrito. Todas as actas e resoluções aprovadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser assinadas utilizando, pelo menos, uma assinatura eletrónica não qualificada (por exemplo, DocuSign ou Namirial). Estes requisitos de forma não se aplicam a resoluções notariais.

§ 8 Demonstrações financeiras anuais

- (1) A direção deve elaborar as demonstrações financeiras anuais (balanço, demonstração de resultados, notas) e, se exigido por lei, o relatório de gestão dentro do prazo legalmente estabelecido e apresentá-los à assembleia de acionistas imediatamente após a sua elaboração para efeitos de adoção. Se as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão (caso seja necessário elaborar um tal relatório) forem auditados por um auditor, os administradores submeterão estes documentos, juntamente com o relatório do auditor, à assembleia de acionistas, sem demora injustificada após a receção do relatório de auditoria do auditor.

(2) A assembleia de acionistas delibera todos os anos, no prazo definido por lei, nomeadamente, sobre a adoção das contas anuais e a aplicação de eventuais lucros ou prejuízos.

§ 9 Publicações

As publicações da Empresa serão efectuadas exclusivamente no *Bundesanzeiger* (Diário da República Federal da *Alemanha*).

§ 10 Divisibilidade

Se alguma das disposições dos presentes estatutos for ou se tornar inválida, no todo ou em parte, tal não afectará a validade das restantes disposições dos mesmos.

O mesmo se aplica quando as disposições individuais são impraticáveis. Para substituir uma disposição inválida ou impraticável ou uma parte inválida ou impraticável de uma disposição, a assembleia de acionistas acordará em disposições válidas ou praticáveis, respetivamente, que reflectam a intenção e o objetivo e, em particular, a substância económica da disposição que deve ser substituída.

§ 11 Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, foram suportadas pela sociedade.

Certifico que os dados de imagem contidos neste ficheiro (cópia) correspondem ao documento em papel (original) que me foi apresentado.

Munique, 25 de julho de 2024

Sebastian Herrler, Notário Público